

**Protesto operário, repressão policial e anticomunismo: apontamentos iniciais.
(Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**

Mário Augusto Correia San Segundo

Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
contramola@yahoo.com.br

Resumo: no artigo se analisará as tentativas de controle social exercido contra o movimento operário da cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, por parte da força policial do Estado e outros atores sociais, durante três conjunturas de protesto operário: a greve contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos em 1949; a manifestação do 1º de maio de 1950; e a greve geral de 1952, contra a carestia do custo de vida. As estratégias de dominação estudadas são a repressão policial e o anticomunismo. Este texto é uma tentativa de síntese momentânea dos resultados parciais de uma pesquisa que ainda está em andamento e que deverá resultar em uma dissertação de mestrado. Nele se apresentarão, principalmente, os caminhos gerais que o pesquisador tem seguido na análise das fontes, assim como alguns resultados parciais a que se tem chegado.

Palavras-chaves: movimento operário – relações de dominação – protesto

Introdução

Neste artigo se apresentara uma pesquisa sobre a tentativa de controle social exercido contra o movimento operário, por parte do Estado e setores sociais conservadores na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, durante três momentos de mobilizações operárias que são: a greve contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos em 1949; a manifestação do 1º de maio de 1950; e a greve geral de 1952, contra a carestia do custo de vida. Este texto é uma síntese momentânea de um estudo que está em andamento e que resultará em uma dissertação de mestrado.

Por controle social entende-se, não apenas uma força reativa, que só é exercido quando algo sai da ordem, que determinado grupo da sociedade estabeleceu como normalidade, mas também como o meio através do qual “um grupo ou classe impõem sobre

outra classe suas idéias a respeito do que são os hábitos e atitudes adequadas a essa classe”.¹

Este controle pode ocorrer, como nos casos analisados, através da propaganda do anticomunismo, que não é repressão física direta e reativa, mas sim construção de um modo de ver o mundo, que se pretendia adequado aos operários de Rio Grande, ou através da coação física, com o uso de aparatos repressivos armados.

O sistema repressivo que atuou contra o movimento operário em Rio Grande era coordenado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS). Este departamento policial pertencente a Polícia Civil, era órgão do governo estadual e aqui no Estado, foi montado em 1937.²

Nos protestos estudados a repressão policial atuou de maneira enfática, prendendo manifestantes, espancando, e nos casos de 1950 e 1952, matando operários que participavam dos protestos.

Marcelo Badaró Mattos afirma que a “formação de um corpo policial profissional esteve estreitamente vinculada a preocupações de controle sobre o ‘mundo do trabalho’”.³ As greves, apesar de terem sido asseguradas como direito na Constituição de 1946, sofreram imensas barreiras, proporcionadas pela regulamentação da lei que, feita através de decreto do governo Dutra, possibilitou que elas seguissem sendo tratadas como crime.⁴

A repressão policial é classificada por Lucia Zedner, como um método formal de controle social, que é

[...] a capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir a submissão a seus próprios padrões. Repousa na crença de que a ordem não é mantida apenas, nem sequer principalmente, por sistemas jurídicos ou sanções formais, mas é, sim, o produto de instituições, relações e processos sociais mais amplos.⁵

A estratégia de análise utilizada na realização da pesquisa e que será reproduzida em

¹ THOMPSON, E. P., 1981, p.190-1, *apud*. ZEDNER, Lucia. Controle social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom.(Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Z. Editor, 1996. p.139

² BAUER, Caroline S. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e a ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

³ MATTOS, Marcelo Badaró. (org.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964*. Rio de Janeiro,APERJ/FAPERJ, 2003. p. 78.

⁴ *Ibid.*

⁵ ZEDNER, Lucia. Controle social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom.(Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Z. Editor, 1996. p. 138.

parte neste texto é: através do estudo de três conjunturas de protestos operários, analisar como ocorreu o processo de repressão ao movimento operário por parte da força policial, assim como a justificativa ideológica do anticomunismo, utilizada por diversos setores da sociedade riograndina no intuito de legitimar a repressão física como maneira de controle não apenas de comunistas, mas dos trabalhadores da cidade como um todo. Com isso, centrando a pesquisa mais nas relações de dominação de classe.

O estudo do movimento operário em períodos grevistas e de protestos é importante para este caso, pois nestes momentos ficam evidentes algumas visões de mundo dos trabalhadores, que se materializam em ações, que em tempos de calma ficam ocultas na rotina. Ao mesmo tempo, as posições e ações dos que buscam o controle dos operários vêm à tona, ao se fazer necessário a ação repressiva para impor limites ao rompimento da normalidade por parte dos trabalhadores. Como afirma Michelle Perrot

[...] numa greve encontramos articuladas uma variedade de instâncias (...) como um local de conflito, ela multiplica as relações entre classes e grupos sociais, que estamos acostumados a ver confinados nos seus compartimentos próprios. Não são apenas os trabalhadores que ela nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto a sua frente pelos trabalhadores. Uma greve é uma relação dinâmica.⁶

Isso permite que a nós, seja possível não apenas a pesquisa sobre protestos e greves, como também a pesquisa sobre seus, por vezes, antagonistas e os sistemas de dominação social acionados para o controle do “mundo do trabalho”.

A greve e as manifestações operárias em março de 1949

No dia 8 de março do ano de 1949, na cidade de Rio Grande, ocorreu uma greve operária que paralisou parte da produção local, o porto e promoveu passeatas pela cidade, finalizadas com um comício na Prefeitura Municipal.

O principal motivo das mobilizações foi o repúdio à entrada de navios de bandeira estrangeira no interior da Lagoa dos Patos para atracarem no Porto de Porto Alegre, o que tirava postos de trabalho do Porto de Rio Grande e segundo os comunistas, principais

⁶ PERROT, M. *apud.* MATTOS, Marcelo Badaró... *Op. cit.* p.100.

organizadores das manifestações, feria a soberania nacional.⁷

As mobilizações tiveram início pela manhã quando comissões de aproximadamente 200 pessoas⁸, saíram em caminhada visitando as principais fábricas e oficinas, chamando outros trabalhadores a aderirem ao movimento paredista.⁹

Sobre a extensão da mobilização, o jornal *O Tempo* do dia 9 de março fala em “enorme multidão”; já nas páginas do *Rio Grande* do dia 10 do mesmo mês, lê-se a informação de que, durante a manifestação, aproximadamente 4 mil operários foram paralisados. Estes dois jornais possuíam interesses na diminuição do impacto do movimento, devido a linha política que seguiam.

Após as primeiras horas de paralisações de fábricas e outras atividades, a passeata seguiu rumo à prefeitura, onde se pretendia dialogar com o prefeito municipal, o que não foi possível por este estar ausente. No entanto, os manifestantes ocuparam as sacadas e janelas da prefeitura de onde proferiram discursos, instalando no local um comício.¹⁰

A greve foi duramente atacada pela imprensa comercial¹¹ da cidade, através de seus dois principais jornais, *Rio Grande* e *O Tempo*. Como se pode ler abaixo afirmavam que

[...] a passeata dos trabalhadores, anunciada como um protesto contra a Navegação Extranjeira, nos Canais do Interior, tornou-se uma reivindicação de classe e serviu para assistirmos uma série de discursos algo violentos, que desvirtuaram as verdadeiras finalidades da reunião, pois os manifestantes foram pedir o apoio de outras correntes trabalhistas e estas abandonaram o serviço, prejudicando seriamente diversas das nossas indústrias.¹²

Essa matéria expressa um pouco como foi o tom das críticas feitas pela imprensa ao movimento, que havia paralisado as fábricas, ao invés de ter apenas mobilizado os trabalhadores do porto, pois esses é quem seriam os únicos interessados na pauta da navegação dos navios estrangeiros até Porto Alegre. Foi criticado o uso da greve como maneira de protesto, ficando nítida uma censura às paralisações do setor industrial, como demonstra o trecho da matéria publicada no dia seguinte, no mesmo jornal:

⁷ *O Tempo*. Rio Grande, 09/03/1949.

⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. – 1949. Documento n° 501, pp.18 e 19, maço 16 E.23, estante 131-a, caixa 21. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁹ *O Tempo*. Rio Grande, 09/03/1949.

¹⁰ *O Tempo*. Rio Grande, 09/03/1949.

¹¹ Quando usar o termo “imprensa comercial”, estarei me referindo simultaneamente aos jornais *Rio Grande* e *O Tempo*.

¹² *O Tempo*. Rio Grande, 09/03/1949.

A cidade foi agitada por uma passeata dos trabalhadores do Porto, que mais tarde concitaram os seus colegas das fábricas e das oficinas, a aderirem o movimento e desta forma, prejudicaram a vida econômica da cidade, aos seus próprios companheiros e sem resultados positivos, ao passo, que se tivessem feito somente a passeata com os trabalhadores do porto, que naquele dia ficaram sem trabalho, o movimento teria merecido simpatia e a causa que defendem ganharia força.¹³

Já no dia 10 de março o trabalho voltou ao normal, tendo a polícia aumentado o efetivo a fim de assegurar a entrada dos trabalhadores nas fábricas na manhã seguinte à greve.

Depois de um dia de expectativa geral, despertada pelo movimento coletivo grevista de protesto de terça-feira última, quando cerca de 4.000 operários de várias atividades suspenderam o seu trabalho, a cidade voltou ontem a sua vida normal, reiniciando as fábricas o seu movimento regular.

A ordem foi integralmente mantida, graças a serenidade e indormida vigilância da nossa polícia, tendo os Sr. Dr. Uyracaba Salvado e Ewaldo Miranda, respectivamente Delegado Regional e Delegado de Polícia, desenvolvido intensa atividade naquele sentido, mantendo contacto ininterrupto com os comando da Guarnição Federal e do Batalhão de Guardas da Brigada Militar e com o Coronel Chefe de Polícia em Porto Alegre.¹⁴

Vários manifestantes foram presos pela polícia em decorrência da greve. Não se tem ao certo quais e nem o total de pessoas, mas os processados oficialmente pela greve foram Euclides Pinto, Aldovar Mattos, Antonio Rechia, João Aquino, Alexandre Doral Reis, Manuel Rechia e Palmor Martins.

No dia 20 de março uma matéria do *O Tempo* informa a libertação dos detidos e a volta dos vereadores Antonio Rechia e Vespasiano Corrêa, ambos comunistas, à Câmara Municipal de Vereadores, estes que segundo o jornal haviam sido presos devido sua liderança no movimento grevista que suspendeu a produção em fábricas, o que podia ser enquadrado como crime.

Um 1º de maio sangrento em 1950

¹³ **O Tempo**. Rio Grande, 10/03/1949.

¹⁴ **Rio Grande**. Rio Grande, 10/03/1949.

No dia 1º de maio de 1950, na cidade de Rio Grande, foi realizado um churrasco de comemoração ao dia do trabalhador, no local do então Parque Rio-grandense. A atividade foi convocada por grupos ligados ao movimento operário, principalmente os comunistas. Nela ocorreu além do churrasco, bancas de venda de comidas e refrigerantes, apresentação de bandas de música e discursos de oradores.¹⁵

Ao final da atividade, alguns oradores chamaram os presentes a sair em caminhada a fim de fazer uma última manifestação em frente à sede da Sociedade União Operária(SUO)¹⁶, que estava fechada por ordem do Ministro da Justiça desde maio de 1949.

A marcha saiu pela cidade, com uma banda de música e o pavilhão nacional à frente, com o grito de palavras de ordem e apresentação de cartazes e faixas, pedindo a reabertura da SUO e comemorando o dia do trabalhador. A quantia de participantes do churrasco e da marcha fornecidos pela imprensa e participantes varia: quanto ao churrasco, de mil a duas mil pessoas, a passeata de 400 a mil pessoas.

Nas imediações do campo do Esporte Clube General Osório a manifestação foi interceptada pelo delegado Evaldo Miranda do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que exigiu a sua dispersão. Junto com Miranda estavam alguns policiais e soldados da Brigada Militar, que se encontravam dentro do estádio do Esporte Clube Rio Grande, próximo ao local do confronto, que estava lotado devido a uma partida de futebol comemorativa contra o time carioca Vasco da Gama¹⁷.

A partir dali começou uma briga com tiroteio, em que morreram três manifestantes: o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e a tecelã Angelina Gonçalves. Também foi morto o ferroviário Osvaldino Correa, que havia saído do estádio de futebol em apoio aos manifestantes. No confronto também morreu o soldado da Brigada Militar Francisco Reis.

Várias pessoas ficaram feridas, tanto policiais quanto manifestantes, porém da parte dos manifestantes, muitos deles optaram por tratar seus ferimentos em casa com medo de que, ao irem buscar ajuda hospitalar, ficassem presos por envolvimento no conflito, o que dificulta

¹⁵ Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº393, de 03/05/1950.

¹⁶ A SUO era uma importante entidade construída pelo operariado de Rio Grande. Foi fundada em 1893, ocorrendo a instalação oficial no dia 1º de maio de 1894, quando a data foi comemorada pela primeira vez na cidade. Não se configurava como uma central sindical, mas cumpriu papel importante para o diálogo e unidade de ação dos trabalhadores.

¹⁷ *Rio Grande*. Rio Grande, 02/05/1950.

qualquer contagem com um mínimo de precisão¹⁸. Um dos mais destacados feridos foi o vereador comunista Antonio Rechia, que ficou paraplético.

Na noite do dia 1º de maio, após o confronto, um ambiente de medo e insegurança parece ter sido construído na cidade. Logo após o enfrentamento, todos os efetivos da cidade, do Exército e Marinha foram chamados aos quartéis para plantão, colocando a cidade em estado de alerta. Os dois hospitais de Rio Grande, em que se encontravam vários manifestantes feridos, ficaram sobre forte cerco e vigilância do Exército, que foi chamado devido ao temor de um ataque para resgatar os manifestantes. Também foi proibida a entrada de pessoas para visitarem os feridos.¹⁹

A imprensa comercial, a partir do dia seguinte, atacou a manifestação e assumiu a versão da polícia, defendendo-a de maneira intransigente e em nenhum momento abrindo espaço para a veiculação de opiniões divergentes. Pode-se notar a argumentação construída no trecho de reportagem citado a seguir.

Com grande acompanhamento, realizou-se ontem as 16 horas, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado a sepultura. Compareceram ao sepultamento, as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia.²⁰

Este episódio intensificou, na cidade, um momento de propaganda anticomunista, com uma campanha de parte da imprensa comercial e das autoridades em geral, embora os comunistas não tenham sido os únicos participantes das manifestações.

Além disso, um período de perseguição e repressões violentas ao movimento operário foi aberto, diferente do que ocorrera em 1949, apesar das prisões realizadas. A justificativa era o combate aos “perigosos vermelhos”, que foi usada para tentar freiar o movimento destes e de outros grupos de operários que se organizavam, porém muitos sem quaisquer ligações com

¹⁸ H. Entrevista concedida a Diego Luiz Vivian. Rio Grande, 1º jun. 2004. p.07.

¹⁹ *O Tempo*. Rio Grande, 03/05/1950.

²⁰ *O Tempo*. Rio Grande, 03/05/1950.

o comunismo.

As conseqüências do conflito recaíram sobre todo movimento operário e não apenas sobre os comunistas, pois a partir daquele momento, qualquer manifestação operária foi vista pelas autoridades, policiais principalmente, como uma tentativa de distúrbio da ordem e digna de ser tratada com brutalidade e repressão.

Greves e manifestações operárias contra a carestia do custo de vida em 1952

No ano de 1952 a população do estado do Rio Grande do Sul estava enfrentando um aumento do custo de vida. O reflexo desta carestia em Rio Grande foi o descontrole nos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade como o leite, pão e a então chamada carne verde.

Como se observará neste caso, a carestia gerou descontentamento popular de grandes proporções, servindo como motivação para a realização de manifestações públicas de protesto contra o aumento dos preços.

No dia 26 de julho de 1952, houve na Praça Tamandaré, que é no centro da cidade, grande concentração popular de protesto contra o aumento do preço da carne aprovado pela prefeitura.²¹

No dia 29, nova manifestação foi realizada. No dia seguinte, os trabalhadores declararam-se em greve geral, cuja duração e desenrolar, não foi possível estabelecer. Apenas ao cair da noite, as autoridades municipais, diante da pressão popular, cederam e o preço da carne foi rebaixado ao nível antigo²².

Apesar desta conquista, houve a acusação de que a carne desapareceu dos açougues, o que gerou mais indignação. O jornal católico local *Cruzeiro do Sul*, no dia 9 de agosto escreveu que

[...] paira no ar, ainda uma atmosfera de incerteza a respeito do problema da carne. Falam-se em novos aumentos, depois da baixa verificada, enquanto nos açougues o bife vai se tornando cada vez mais raro [...]²³

Vários indícios levam a entender que os tabelamentos realizados, por mais de uma vez

²¹ RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Secretaria de Segurança Pública. Caixa: Critério de ordenação: SOPS/RG – 1.-.1.1.1 à 1.1.381.3.1. Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

geraram desabastecimento, o que pode ter agravado ainda mais a situação, pois se era ruim comprar caro, talvez tenha sido pior sequer poder comprar os alimentos.

Comissões de “operários e populares” foram formadas na cidade e estas assumiram a negociação com o poder público e a fiscalização para baixarem os preços. Conforme o documento abaixo

Comissões formadas por operários e populares entraram em entendimento com as autoridades, que nenhuma providencia tinham tomado para o cumprimento do compromisso assumido anteriormente. As comissões exigiam o restabelecimento do mercado da carne e o rebaixamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade ao nível vigente em dezembro do ano passado.

No dia 10 deste mês, a indignação popular chegava ao auge. Perto de 50 comissões, reunidas em assembléia geral, resolveram decretar a greve geral e convocar a população para reunir-se, na manhã seguinte, na mesma Praça Tamandaré.²⁴

Como os problemas não haviam sido resolvidos, no dia 10 de agosto, as comissões, reunidas em número considerável, resolveram convocar uma greve geral para o dia seguinte. A greve ocorreu e reuniões foram realizadas o dia todo para as negociações entre a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP) e manifestantes. Segundo os manifestantes, aproximadamente 20 mil pessoas estavam mobilizadas na cidade, com a realização de passeatas e passagem em fábricas e comércio, momento em que se recrutavam os trabalhadores para a greve.²⁵

Durante o dia 11 de agosto, duas tabelas foram elaboradas pelas comissões e rejeitadas, começando então uma repressão às manifestações por parte da Brigada Militar, Bombeiros e Polícia Civil, que usaram jatos d’água, espancamentos, bombas de gás lacrimogêneo e prisões.²⁶

Na manhã do dia 12, a greve geral estava mantida, porém a polícia na tentativa de conter as manifestações havia realizado 17 prisões, daqueles considerados pelos policiais como os líderes das manifestações.

Vários manifestantes, 3 mil segundo os próprios, e em “bastante considerável número”, segundo o jornal *Rio Grande*, foram até a frente da delegacia de polícia exigir a

²⁴ *Ibid.* p.1-2.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares... *Op. cit.*

libertação dos presos. Ao que tudo indica, estes foram recebidos a jatos d'água e com ordens de dispersão. Chegaram próximos ao portão do pátio da delegacia, quando os policiais começaram a atirar, matando de imediato os trabalhadores Jadir Félix dos Santos, portuário; Antonio Funchal, do Serviço Riograndino de Transportes; e Edílio Rodrigues, de profissão ignorada, que faleceu horas mais tarde após a manifestação. Feriram gravemente Ramon dos Santos, ferroviário; Antonio Turnio; Ramão Robalo; Carlos Mario Oliveira e Silva; Ernesto Eston; Ernesto Daiman Escomba; e Roberto Dau, entre outros. Destes, o estudante Roberto Dau veio a falecer logo em seguida em virtude dos ferimentos, totalizando quatro mortos.²⁷

No jornal *O Tempo*²⁸, encontram-se outros detalhes. Na segunda-feira, dia 11, às 5hs da manhã começou a passeata de operários, formando “arrastão em fábricas e fechamento do comércio”, que significa manifestação com a passagem em fábricas para paralisar a produção e levar os operários que ainda trabalhavam para a greve, que pelo visto durou o dia todo, com irradiações do movimento pela Rádio Riograndina.

O jornal informa que quem estava à frente eram os elementos do PCB e que “apesar disso” a manifestação ocorreu dentro de certa ordem.

No dia 12, as manifestações estavam proibidas pela polícia, mas os manifestantes foram para a delegacia exigir a soltura dos vereadores Athaydes Rodrigues, Alfredo Cassahy e do Dr. Aveline”, porém sabe-se que na verdade eram 17 presos e não apenas estes que a manifestação exigia a libertação. O resultado, como já mencionado, foram as mortes e vários feridos.

No dia 13 de agosto, por volta das 10hs, foi realizado um cortejo pela cidade para o enterro dos trabalhadores mortos. O jornal *Rio Grande* noticia que o cortejo foi formado por “imensa massa popular”, mas não se arrisca em informar números. Já o documento escrito e assinado por participantes e familiares das vítimas, afirma que:

“No dia seguinte, por ocasião do enterro das três primeiras vítimas mais de 15 mil populares, virando para cima a gola dos casacos, mas, em sinal de luto, exigiram, uma vez mais, a libertação dos presos e a punição dos criminosos.”²⁹

Mesmo não podendo confiar na exatidão nos números mencionados acima, dois

²⁷ *Rio Grande*. Rio Grande, 12/08/1952 e 13/08/1952. *O Tempo*. Rio Grande, 13/08/1952. RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares... *Op. cit.*

²⁸ **O Tempo**. Rio Grande, 13/08/1952.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares... *Op. cit.* p. 03.

fatores levam a acreditar que estas manifestações foram de massas e com grandioso número de participantes. Primeiro, é que o número apresentado pelos manifestantes pode estar superestimado, mas não iriam falar em 20 mil participantes para ocultar a participação de pouquíssimos manifestantes, ou seja, independente de não ter sido os 20 mil pode-se afirmar com certeza a participação de milhares de pessoas nas manifestações. Em segundo lugar, os dois jornais analisados, que como já visto possuem motivos para diminuir a importância e extensão das manifestações, em nenhum momento arriscaram-se em quantificar os participantes, mas apenas usaram expressões como “imensa massa popular”, pois indicar números, mesmo que diminuídos, significaria mesmo assim falar em muita gente. Além disso, os jornais dão a entender que a paralisação das fábricas e comércio foram quase totais, caso contrário possivelmente a imprensa traria notícias “quentes” sobre a ineficiência da greve e das manifestações, o que em nenhum momento foi sequer cogitado.

No dia 13 findou-se a ocorrência das manifestações e ficou uma intensa ação da COMAP, que passou a publicar tabelas de preços quase que diárias na imprensa e a exercer uma fiscalização vigorosa. A imprensa também intensificou as denúncias contra comerciantes que vendiam produtos acima dos preços da tabela. Por isso, parece que as greves não foram em vão, pois obtiveram como resultado a ação das autoridades em relação a suba indiscriminada de preços. Foi evidente que esta ação apenas passou a ocorrer de maneira mais eficaz após as manifestações, possivelmente para evitar novas revoltas populares.

Repressão policial e anticomunismo

Neste período, pós-Segunda Guerra Mundial e em meio a um processo de redemocratização após a ditadura Vargas, os “trabalhadores do Brasil” estavam retomando um protagonismo político, pois agiram destacadamente desenvolvendo lutas pela ampliação e efetivação de direitos trabalhistas, contra a carestia do custo de vida, entre outras.

No entanto, foi também um período marcado pelo anticomunismo, que teve sua intensificação com o começo do que veio a ser chamado de *Guerra Fria*, que marcou fortemente o processo de lutas entre os comunistas e capitalistas. A disputa política, econômica e militar entre Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pela influência e controle de regiões no globo³⁰, também causou

³⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Historia del siglo XX*. Bueno Aires: Crítica, 1998.

conseqüências, para o movimento operário de países periféricos como o Brasil.

Uma destas conseqüências foi a *propaganda anticomunista*, usada por vários setores da sociedade para a disputa ideológica contra os comunistas e qualquer grupo, mesmo que não comunista, que realizasse ações consideradas subversivas ou fora dos parâmetros “democráticos” ocidentais. A conseqüência prática foi a repressão física do movimento operário e dos trabalhadores em geral, através do uso dos instrumentos de controle sociais estatais, como a Polícia dirigida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no caso estudado.

Segundo Carla Luciana Silva, o anticomunismo não aparece na sociedade só em momentos de perigo à ordem, mas sim como propaganda sistemática para legitimar políticas conservadoras.

Em diferentes momentos da história política brasileira o ‘anticomunismo’ foi uma forma encontrada pelas elites políticas para legitimar políticas conservadoras. As práticas anticomunistas existem e têm importância histórica não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social.³¹

Isso pode indicar, para o caso estudado, que o anticomunismo foi usado pela imprensa comercial, trabalhistas, empresários, governos municipal e estadual, atores que buscavam o controle operário, para que os trabalhadores organizados não realizassem atividades que fugissem aos interesses dos setores conservadores, mesmo que estas atividades nada tivessem a ver somente com os comunistas. Estes atores apontados acima, também usaram o argumento da participação dos comunistas nas manifestações narradas anteriormente, como justificativa para o uso da força policial contra os manifestantes e inclusive para as mortes de participantes, cujo os comunistas foram apontados, pela imprensa comercial, como os responsáveis.

O que estava em jogo não era a derrota dos comunistas, pois estes possivelmente, apesar de sua forte influência em Rio Grande, nunca chegaram a ameaçar o controle político ou militar da cidade. Mas a batalha era pelo controle dos operários, pois estes sim teriam a capacidade de ameaçar as autoridades estabelecidas, assim como o fizeram em 1952, mesmo quando a maioria dos comunistas da cidade estavam presos.

No entanto, o fato de mesmo com a repressão terem ocorrido diversas greves e

³¹ SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha*. Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Ed. PUC/RS, 2001. p.32.

manifestações no período, alerta para outra questão a respeito do controle social, que é a possibilidade dos indivíduos e grupos se contraporem à dominação, pois não são receptores passivos, que não possuem capacidade de romper com o conformismo, mesmo que sobre coação, embora nem sempre isso aconteça.³² Isso explica o fato dos operários riograndinos, mesmo sobre coação policial e sendo ameaçados de serem punidos como comunistas, terem ido às ruas em vários momentos em busca de suas reivindicações.

Bibliografia

BAUER, Caroline S. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e a ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *Historia del siglo XX*. Bueno Aires: Crítica, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. (org.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha*. Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Ed. PUC/RS, 2001.

ZEDNER, Lucia. Controle social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom.(Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Z. Editor, 1996.

³² ZEDNER, Lucia. Controle social... *Op. cit.*